

# **Crianças em Portugal e ensino a distância: um retrato**

Mariana Esteves, Nova School of Business and Economics

Pedro Freitas, Nova School of Business and Economics

Miguel Herdade, Ambition Institute, UK

Bruno P. Carvalho, Nova School of Business and Economics e ECARES (Université Libre de Bruxelles)

Susana Peralta, Nova School of Business and Economics

Fevereiro de 2021

Este documento utiliza informação estatística para traçar um retrato das condições de vida das crianças menos favorecidas no país e das desigualdades educacionais que existiam em Portugal antes da pandemia. Resume igualmente alguns estudos sobre os efeitos desiguais do ensino a distância, realizados durante o ano de 2020 em países como o Reino Unido e Alemanha.

Pretende contribuir para informar o debate em torno das opções tomadas na Resolução do Conselho de Ministros de 20 de julho de 2020 acerca do planeamento do corrente ano letivo.

## 1. Introdução

Para efeitos de planeamento do ano letivo de 2020/21, o governo publicou a 20 de julho uma Resolução do Conselho de Ministros (nº 53-D/2020) que estabelece “medidas excecionais de organização e funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, incluindo escolas profissionais, no ano letivo 2020/2021”.

A Resolução do Conselho de Ministros (RCM) define, logo no número 4, que o regime presencial de aprendizagem constitui a regra para o ano letivo corrente. O mesmo número 4 estabelece também “o reforço dos mecanismos de promoção da igualdade e equidade, concebendo respostas escolares específicas que mitiguem as desigualdades, com vista a que todos os alunos alcancem as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória”.

Mais abaixo, no número 17, lemos que, caso a evolução da pandemia requeira a passagem ao regime misto ou não presencial, este deve aplicar-se “quando necessário e preferencialmente, aos alunos a frequentar o 3º ciclo do ensino básico e o ensino secundário, podendo alargar-se excecionalmente aos restantes ciclos de ensino, em função do agravamento da pandemia”. Mas com uma exceção: “as atividades a realizar são efetuadas na própria escola para os alunos:

- i) Beneficiários da ação social escolar identificados pela escola;
- ii) Em risco ou perigo sinalizados pelas comissões de proteção de crianças e jovens;
- iii) Para os quais a escola considere ineficaz a aplicação dos regimes misto e não presencial;”

Enquanto as categorias (i) e (ii) têm uma definição precisa, a categoria (iii) depende da avaliação da própria escola. Neste documento compilamos uma série de factos que justificam a importância de incluir a situação (iii) neste planeamento. Para o fazer, recorremos a três tipos de fontes:

- dados estatísticos sobre a situação material e económica das famílias, que mostram as condições de vida das crianças em Portugal;
- evidência acerca da desigualdade de aproveitamento escolar existente no sistema educativo português pré-pandemia, que as condições atuais irão necessariamente amplificar;
- estudos existentes em diferentes países sobre o impacto desigual do ensino a distância realizados durante o ano de 2020.

O principal foco deste relatório são as crianças até ao terceiro ciclo, em particular as mais desfavorecidas. Com este retrato, pretendemos aduzir elementos que alertam para a importância de, durante a vigência do ensino não presencial, manter nas escolas os alunos identificados nos pontos (i) a (iii) da Resolução do Conselho de Ministros. A evidência que reportamos contribui também para reforçar a importância de regressar ao ensino presencial assim que as condições sanitárias o permitam, respeitando a prioridade dada aos alunos até ao segundo ciclo prevista no planeamento do ano letivo.

## 2. Condições habitacionais e entorno da residência

As condições de habitabilidade são essenciais para o sucesso do ensino a distância. Os últimos dados disponibilizados pelo INE através do Inquérito às Condições de Vida e do Rendimento (ICOR) são de 2019, com uma amostra de 2975 crianças com menos de 12 anos, representativa de um universo de 857 mil. Dada a situação de crise em que vivemos há cerca de um ano, é razoável assumir que os valores abaixo são uma estimativa inferior das privações materiais das crianças.

Em 2019, de entre as crianças com menos de 12 anos em Portugal:

- Cerca de 25,8% vivem numa casa em que o telhado deixa passar água, as paredes, fundações e chão são húmidos e os caixilhos das janelas ou chão estão apodrecidos;
- Quase 13% não têm a casa adequadamente aquecida e 9,2% não têm luz suficiente no alojamento;
- 15,5% vive em alojamentos sobrelotados;
- 6,5% das crianças vivem numa zona com crime, violência ou vandalismo e quase 13% em sítios com poluição, sujidade ou outros problemas ambientais.

Em Portugal, as famílias *numerosas*, com 3 ou mais crianças, compõem quase 31,7% dos agregados; 4% das famílias são monoparentais. A privação habitacional afeta especialmente este tipo de agregados.

- 36,3% das crianças pertencentes a famílias numerosas vivem em casas sobrelotadas e 14,3% não têm luz suficiente no alojamento;
- Nas famílias monoparentais, 28,4% das crianças vivem em habitações com telhado e estruturas húmidas ou mesmo apodrecidas e 14,3% não tem capacidade financeira para aquecer a casa;

A taxa de pobreza infantil<sup>1</sup> é particularmente alarmante para famílias numerosas (30,2%) e para as *monoparentais* (33,9%), face a 12,9% entre as famílias *típicas*.<sup>2</sup>

**Tabela 1. Percentagem de crianças com privação habitacional em 2019, total e por tipo de agregado (%)**

	Todas	Monoparental	Numerosa	Típica
Telhado deixa passar água, paredes/fundações/chão húmido, caixilhos de janelas ou chão apodrecido	25,8	28,4	28,5	22,8
Capacidade financeira para ter a casa adequadamente aquecida	12,9	14,3	12,3	9,0

<sup>1</sup> A taxa de pobreza infantil corresponde à percentagem de crianças sub-12 que vivem em agregados familiares em que o rendimento equivalente é inferior a 60% do rendimento disponível mediano. Ou seja, este rendimento tem em conta a dimensão do agregado e inclui transferências como o abono de família e o rendimento social de inserção. Isto significa que se o rendimento mediano do país fosse 10.000€ por ano, todos aqueles que recebessem menos de 6.000€ (limiar da pobreza) seriam considerados pobres. Em 2019, o limiar da pobreza foi de 6.014€ (preços correntes). Os rendimentos reportados no ICOR de 2019 dizem respeito aos rendimentos obtidos em 2018.

<sup>2</sup> Por famílias típicas entende-se agregados com 2 adultos e 1 ou 2 crianças.

## Crianças em Portugal e ensino a distância: um retrato

Crime, violência ou vandalismo na área de residência	6,5	7,8	4,1	6,2
Poluição, sujidade ou outros problemas ambientais	12,8	17,9	11,6	13,7
Luz insuficiente no alojamento	9,2	6,5	14,3	7,8
Instalações de banho ou duche no interior	0,3	0,3	0,8	0,3
Alojamentos sobrelotados	15,5	15,5	36,3	6,6

Fonte: Inquérito às Condições de Vida e do Rendimento, 2019. Cálculos dos autores.

Existem disparidades regionais acentuadas que vale a pena assinalar.

- As regiões autónomas dos Açores e da Madeira têm a maior percentagem de crianças a viver em casas com telhados e estruturas húmidas ou mesmo apodrecidas (38% e 45,8%, respetivamente);
- No continente, a região mais preocupante é o Algarve, com 34,2% de crianças a viver em casas com telhados e estruturas húmidas ou mesmo apodrecidas e 2,5% sem instalações de banho ou duche no interior;
- A incapacidade de manter a casa quente afeta 27% das crianças nos Açores e 18,8% na região Norte.

**Tabela 2. Percentagem de crianças com privação habitacional em 2019, total e por região (%)**

	Portugal	Norte	Algarve	Centro	AML	Alentejo	Açores	Madeira
Telhado deixa passar água, paredes/fundações/chão húmido, caixilhos de janelas ou chão apodrecido	25,8	24,8	34,2	25,5	23,1	23,9	38,0	45,8
Capacidade financeira para ter casa adequadamente aquecida	12,9	18,8	8,4	9,8	9,2	5,0	27,0	15,8
Crime, violência ou vandalismo na área de residência	6,5	8,4	7,7	3,2	7,0	4,6	6,7	4,7
Poluição, sujidade ou outros problemas ambientais	12,8	11,3	15,3	13,4	13,6	5,5	14,2	14,3
Luz insuficiente no alojamento	9,2	6,4	10,7	12,0	11,8	13,5	12,0	10,6
Instalações de banho ou duche no interior	0,3	0,0	2,5	0,27	0,19	0,53	0,22	0,13
Alojamentos sobrelotados	15,5	14,9	31,4	7,0	19,2	12,8	24,4	11,7

Fonte: Inquérito às Condições de Vida e do Rendimento, 2019. Cálculos dos autores.

### 3. Alimentação

Em 2018, o ICOR incluiu um capítulo especial sobre a privação alimentar. Mais uma vez, assinalamos que a atual crise deverá ter piorado este panorama.

Para crianças com menos de 12 anos estes dados revelam:

- 9% das crianças viviam em famílias que não tinham capacidade para comprar alimentos para fazer refeições completas e saudáveis;
- 3% sentiram fome e não comeram porque as famílias não tinham dinheiro;
- as crianças mais afetadas são as que vivem em famílias numerosas – quase 5% não têm capacidade para ter uma refeição proteica pelo menos de dois em dois dias, 21% não têm capacidade para comprar alimentos para fazer refeições completas e saudáveis e 7% sentiram fome;
- Nas famílias monoparentais, 6,4% das crianças reportam ter sentido fome, mas não comeram por falta de dinheiro.

**Tabela 3. Percentagem de crianças com privação alimentar em 2018, total e por tipo de agregado (%)**

	Total	Monoparentais	Numerosas	Típicas
Não tem capacidade para ter uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos de dois em dois dias	1,9	1,4	4,6	1,6
Não tem capacidade para comprar alimentos para fazer refeições completas e saudáveis	9,2	14,4	21,1	5,7
Sentiu fome, mas não comeu porque não tinha dinheiro	3,1	6,4	7,0	1,1

Fonte: Inquérito às Condições de Vida e do Rendimento, 2018. Cálculos dos autores.

Também aqui existem disparidades regionais assinaláveis.

- As regiões autónomas dos Açores e da Madeira são as mais afetadas, com 28,2% e 19,2% das crianças em famílias incapazes de comprar alimentos para refeições saudáveis e completas;
- No continente, o Algarve é a região em que mais crianças sentem fome e não comem por razões financeiras (3,7%).

**Tabela 4. Percentagem de crianças com privação alimentar em 2018, total e por tipo de agregado (%)**

	Portugal	Norte	Algarve	Centro	AML	Alentejo	Açores	Madeira
Capacidade para ter uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano)	1,9	1,7	3,5	0,8	2,1	0,2	11,8	2,1

## Crianças em Portugal e ensino a distância: um retrato

pelo menos de dois em dois dias								
Capacidade para comprar alimentos para fazer refeições completas e saudáveis	9,2	8,1	10,4	6,9	9,0	9,0	28,2	19,2
Sentiu fome, mas não comeu porque não tinha dinheiro	3,1	2,6	3,7	3,2	2,4	2,6	12,4	4,5

Fonte: Inquérito às Condições de Vida e do Rendimento, 2018. Cálculos dos autores.

Em relação à impossibilidade de comprar alimentos necessários a uma alimentação completa e saudável, foram consideradas as respostas em que esta situação é "Quase sempre verdadeira" ou "Às vezes"

### 4. Condições socioeconómicas dos alunos

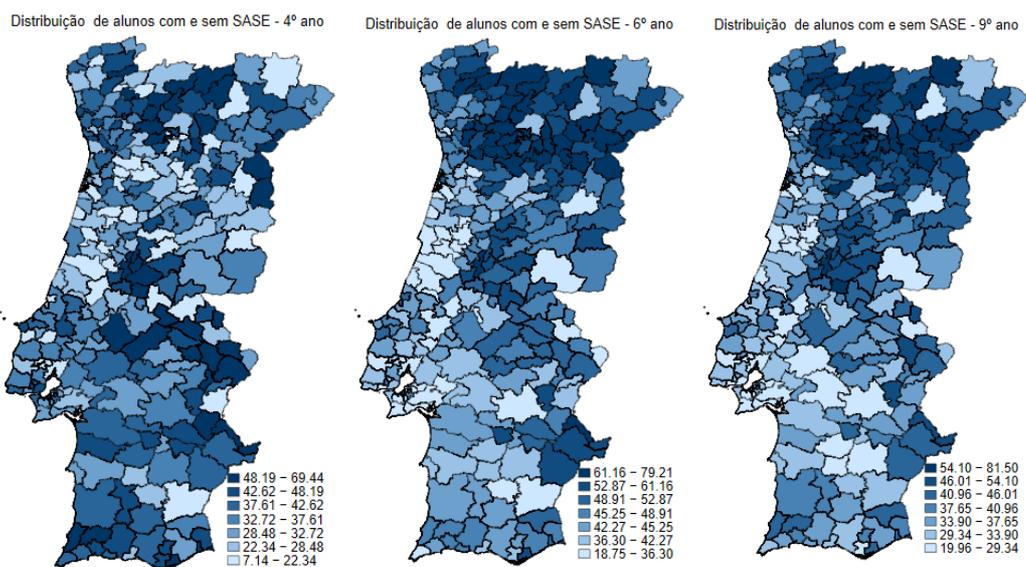
Passamos agora à análise dos dados administrativos do sistema de informação público. Neste caso, focamos o retrato nos alunos até ao 9º ano, inclusive, excluindo as Regiões Autónomas.

Nos mapas abaixo é apresentada a percentagem de alunos que em cada município tem acesso a ação social escolar entre 2007 e 2018. O acesso à ação social escolar é uma medida de baixo rendimento. Os apoios são definidos consoante os dois primeiros escalões do abono de família. Atualmente, estão estipulados os seguintes valores, para uma família com apenas uma criança: o escalão A corresponde ao 1.º escalão do abono de família, ou seja, rendimento disponível anual até 6.143,34€; o escalão B: corresponde ao 2.º escalão do abono de família, ou seja, rendimento disponível anual maior que 6.143,34€ e menor de 12.286,68€.<sup>3</sup>

- A incidência deste tipo de apoio entre os alunos é muito desigual ao longo do território, sendo particularmente elevada no norte e interior do país;
- Há municípios no território continental em que a percentagem de alunos que beneficiam de ação social escolar atinge os 80%.

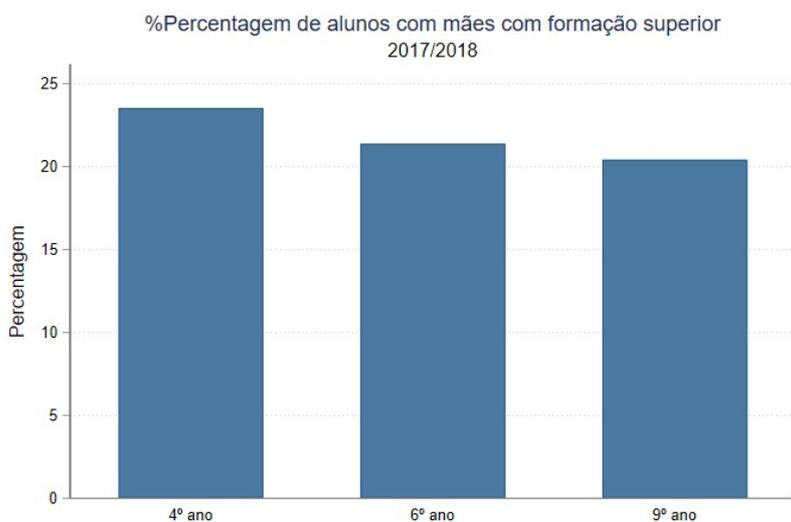
<sup>3</sup> Não existe uma relação direta entre os escalões do abono de família e definição oficial do limiar de pobreza do Eurostat usada na parte 2 deste relatório. De uma forma geral, todos os alunos do escalão A são pobres de acordo com a definição do Eurostat, enquanto no escalão B nem todos se inserem nessa definição oficial de pobreza.

## Crianças em Portugal e ensino a distância: um retrato



Fonte: DGEEC/MISI – Cálculos dos autores

As condições para seguir o ensino a distância dependem fortemente dos recursos intelectuais da família. Portugal destaca-se pelo reduzido número de crianças cuja mãe tem o ensino superior. Focamo-nos na educação das mães porque a literatura científica mostra que esta é mais importante do que a do pai. Por outro lado, a evidência que reportamos na parte 6 do relatório evidencia um maior investimento da mãe no acompanhamento escolar em casa durante o confinamento de 2020.



Fonte: DGEEC/MISI– Cálculos dos autores

Nos 4.º, 6.º e 9.º anos, a percentagem de alunos cuja mãe tem formação superior é de cerca de 20%. Ou seja, uma larga maioria das famílias pode ser confrontada com dificuldades para acompanhar devidamente as crianças nas suas aprendizagens.

## 5. Impacto das condições socioeconómicas no desempenho escolar

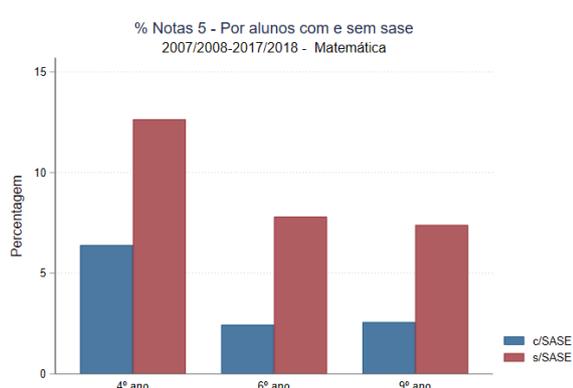
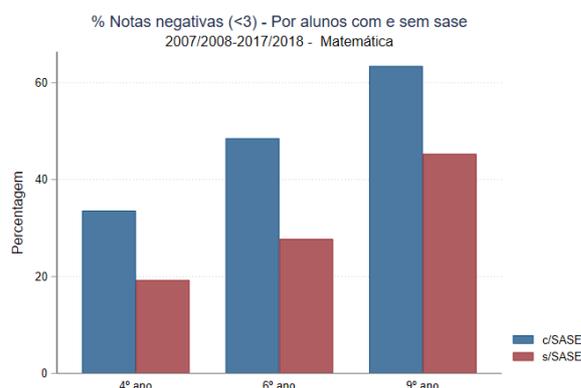
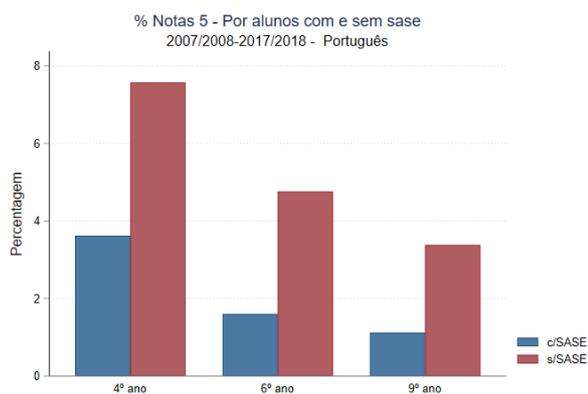
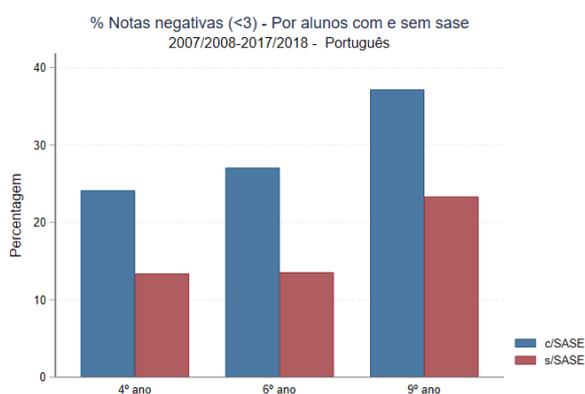
Apresentamos agora alguns dados que permitem caracterizar a desigualdade no aproveitamento escolar entre as crianças, entre os anos de 2008 e 2018. Estes dados provêm do Ministério da Educação e incluem apenas o ensino público.

Mesmo no seu funcionamento habitual, o sistema de ensino é fortemente desigual. O ensino a distância só vem piorar esta desigualdade.

### 5.1. Exames nacionais e provas de aferição

O acesso a ação social escolar, que é um indicador de baixo rendimento, assim como o nível de qualificações dos pais são determinantes para o desempenho escolar dos alunos. Para esta análise usamos os resultados nas provas de aferição e exames nacionais nos 4.º, 6.º e 9.º anos, realizados entre 2008 e 2018.<sup>4</sup>

- A percentagem de alunos com nota negativa é significativamente maior entre os que têm acesso a ação social escolar; a diferença vai de 10 a 20 pontos percentuais, geralmente maior em Matemática.
- Em sentido inverso, a percentagem de alunos com ação social escolar com nota máxima (ou seja, 5) é cerca de metade da dos alunos sem este apoio.



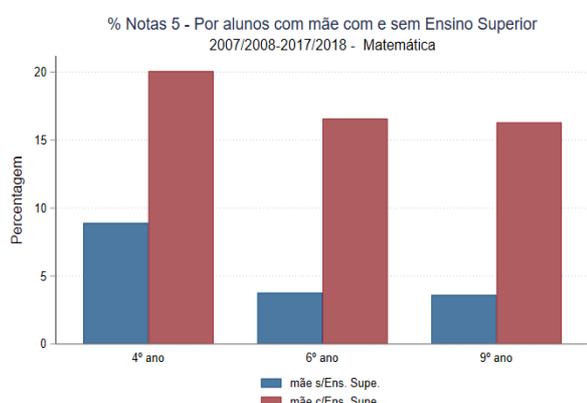
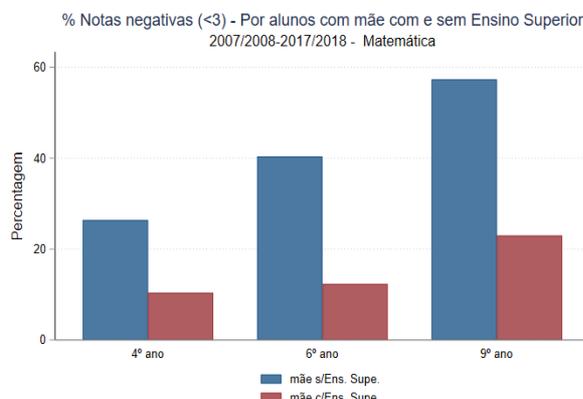
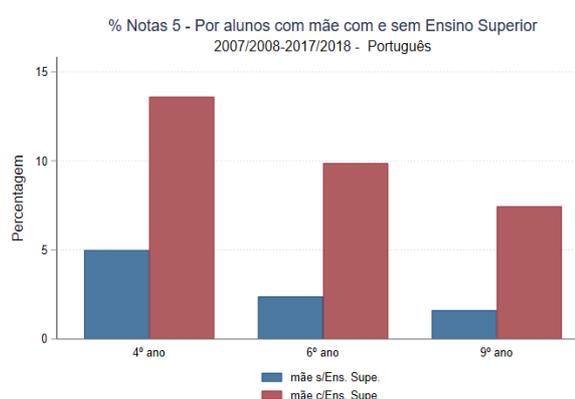
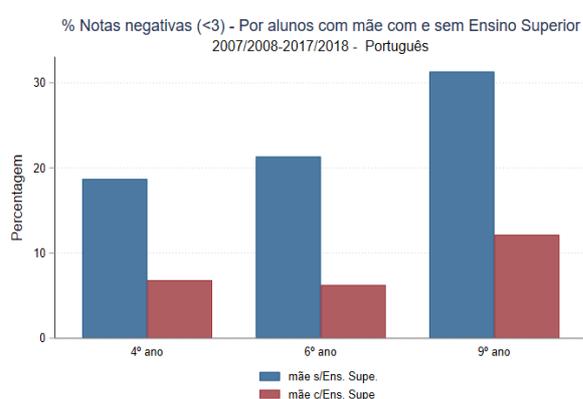
Fonte: DGEEC/MISI– Cálculos dos autores

<sup>4</sup> Especificamente: exames nacionais do 9º ano; provas de aferição no 6º ano até 2011, substituídas por exames nacionais entre 2012 e 2015; provas de aferição no 4º ano até 2012, substituídas por exames nacionais entre 2013 e 2015.

## Crianças em Portugal e ensino a distância: um retrato

A desigualdade é igualmente visível quando distinguimos os alunos cuja mãe completou o ensino superior dos restantes.

- Na disciplina de Matemática do 9.º ano, dos alunos cuja mãe não tem o ensino superior, a percentagem com negativa é 30 pontos percentuais superior à dos restantes;
- Na disciplina de Matemática do 9.º ano, dos alunos cuja mãe não tem o ensino superior, a percentagem dos que obtêm a nota máxima de 5 é inferior em 13 pontos percentuais à dos restantes;
- Tanto em Português como em Matemática, o diferencial de desempenho acentua-se à medida que os alunos progredem no sistema de ensino.



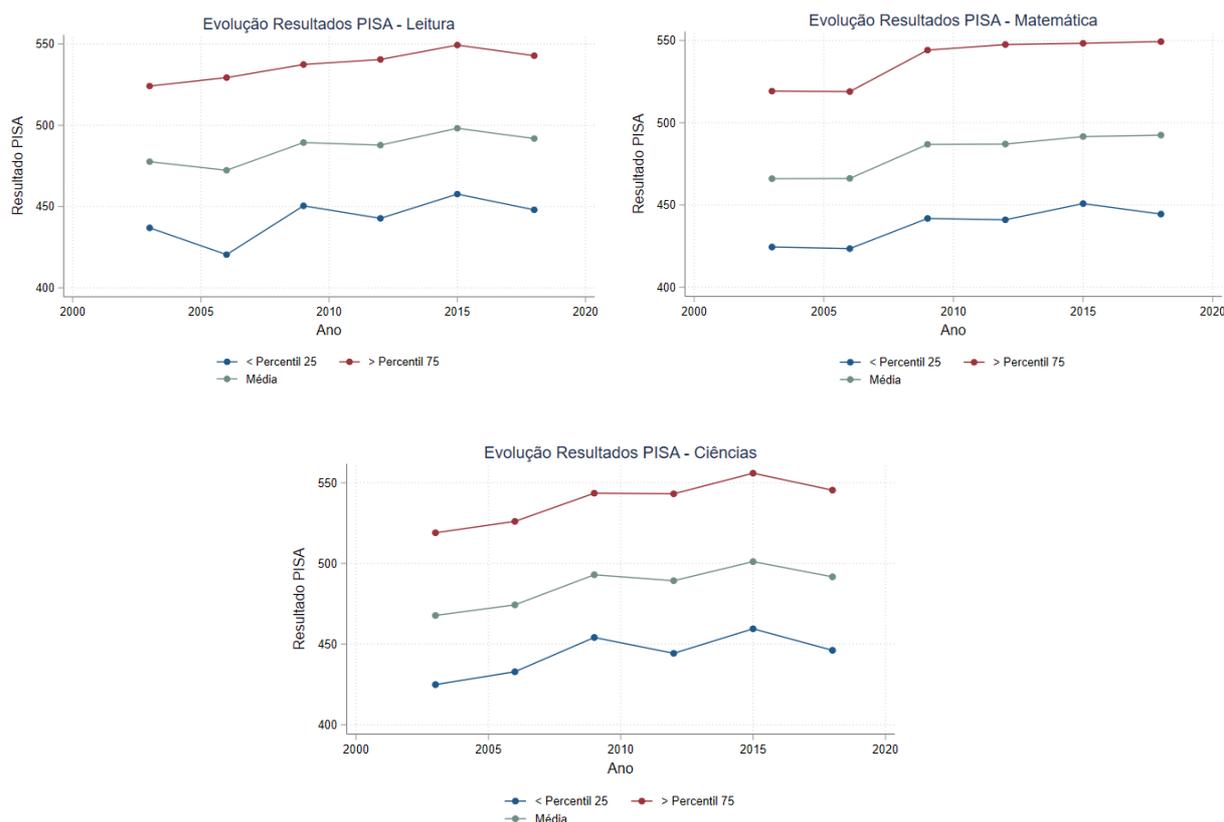
Fonte: DGEEC/MISI- Cálculos dos autores

## 5.2. Resultados em provas internacionais – PISA

O teste PISA é organizado pela OCDE de três em três anos para aferir os conhecimentos dos alunos aos 15 anos nos domínios de Leitura, Matemática e Ciências. Também é recolhida informação acerca das condições socioeconómicas de cada um dos alunos, nas seguintes dimensões: nível de conforto em casa, acesso a recursos educacionais e nível de formação dos pais. Com base nesta informação, a OCDE cria um índice de estatuto socioeconómico e cultural.

## Crianças em Portugal e ensino a distância: um retrato

- Nos gráficos abaixo, junto com a média nacional, mostramos os resultados médios dos 25% de alunos mais e menos favorecidos, de acordo com este índice.
- O diferencial de aproximadamente 20% é constante ao longo do tempo e para os três testes considerados.
- Se tivermos em conta que estes alunos estão no ensino obrigatório há dez anos, esta diferença de conhecimentos corresponde a um atraso de dois anos nas aprendizagens.



Fonte: DGEEC/MISI – Cálculos dos autores

## 6. Resumo da evidência do confinamento de 2020

Uma breve análise de estudos produzidos noutros países permite-nos trazer dados relativos às consequências da disrupção dos sistemas de ensino:

- No Reino Unido, dados relativos ao ano de 2019 concluíam que o fosso educativo dos alunos mais desfavorecidos era equivalente a 9,3 meses no ensino primário, e de 18,1 meses no ensino secundário (EPI, 2020). Estimativas iniciais do impacto do estudo em casa no período de confinamento apontam para um aumento do fosso entre alunos desfavorecidos e os seus pares em 36%, o que equivale à perda de 10 anos de progresso na diminuição das desigualdades educativas (EEF, 2021).
- A acrescentar ao fosso educativo existente, os dados resultantes do primeiro confinamento concluem que os alunos do ensino primário apresentam em média um

## Crianças em Portugal e ensino a distância: um retrato

atraso de 2 meses em relação aos alunos da mesma idade de anos anteriores. No caso dos alunos mais desfavorecidos, esse atraso atinge os 7 meses. (EEF, 2021).

- Na Alemanha verificou-se que o tempo médio que os alunos dedicam à aprendizagem caiu para metade (IFO, 2020).
- Dados provenientes do Reino Unido concluíram que 35% dos alunos frequentavam escolas onde os professores não tinham as competências técnicas e pedagógicas necessárias para o ensino a distância (OCDE, 2020).
- Do ponto de vista económico, a OCDE estima que uma perda de um terço do ano letivo equivale a uma quebra de 1,5% no PIB acumulada até ao fim do século. Ou, se preferirmos, chegar a 2100 com um PIB 2,6% mais baixo do que o que teríamos sem encerrar escolas. Com base nos estudos existentes, a OCDE estima que os jovens afetados podem ter uma perda salarial de cerca de 3% ao longo da vida, em média. (OCDE, 2020).
- Cálculos dos autores do estudo da OCDE, Eric Hanushek e Ludger Woessmann, para Portugal, tomando como base os padrões históricos, estimam que o encerramento das escolas em 2020 possa causar uma perda de mais de 212 mil de milhões de euros de PIB.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> <https://www.iniciativaeducacao.org/pt/ed-on/ed-on-artigos/os-reais-custos-do-encerramento-das-escolas>

## Crianças em Portugal e ensino a distância: um retrato

Tema	Autor e Título	Amostra	Conclusões	Data
Desigualdades educativas	Education Endowment Foundation (UK)  <a href="#">Impact of school closures and subsequent support strategies on attainment and socio-emotional wellbeing in Key Stage 1</a>	6.000 alunos em 168 escolas com idades entre os 6-7 anos	Os alunos do ensino primário têm resultados significativamente mais baixos em leitura e matemática, resultando num atraso de 2 meses quando comparado com igual período do ano 2017.  Verifica-se um fosso “preocupante” e de “grandes dimensões” entre os resultados dos alunos desfavorecidos e os restantes. Em leitura e matemática, os alunos desfavorecidos sofreram um atraso no progresso escolar equivalente a 7 meses em relação aos restantes.	Jan 2021
	Ifo Institute, Universidade de Munich  <a href="#">COVID-19 and Educational Inequality: How School Closures Affect Low- and High-Achieving Students</a>	10.338 pais de alunos alemães entre os 6 e 18 anos	Tempo médio de aprendizagem dos alunos caiu para metade durante o confinamento, redução particularmente significativa para alunos com maiores dificuldades. Este tempo foi substituído por um aumento nas horas passadas a ver televisão ou em jogos de computador, em particular nos rapazes.	Out 2020
Desigualdades educativas	Education Policy Institute  <a href="#">Education In England, Annual Report 2020</a>	-	Os alunos desfavorecidos no ensino secundário têm em média 18,1 meses de atraso em relação aos seus colegas. É previsto que o aumento do fosso educativo dos alunos desfavorecidos seja significativo e possa reverter décadas de progresso na diminuição de desigualdades sociais.	Ago 2020
Educação e mercado de trabalho	UCL / Centre Longitudinal Studies  <a href="#">Finances and employment during lockdown</a>	18.000 pessoas de 4 gerações diferentes nascidas em 1958, 1970, 1989 e 2000	Este estudo demonstra que o número de horas de trabalho diminuiu 40%.  O fecho de escolas primárias e creches resultou num crescimento do número de mães que pararam de trabalhar.  A análise comparativa dos pais de alunos do ensino primário concluiu que as mães tiveram em média 5 horas diárias de apoio escolar aos filhos, por oposição a apenas 2 horas dos pais.	Jul 2020

## Crianças em Portugal e ensino a distância: um retrato

Impactos Económicos	<p>Institute for Fiscal Studies</p> <p><a href="#">The crisis in lost learning calls for a massive national policy response</a></p>	<p>Os alunos do UK perderam pelo menos metade de um ano de escolaridade normal, e é previsto que este valor chegue a dois terços caso as escolas se mantenham fechadas até à Páscoa.</p> <p>Estima-se que o fecho de escolas até à Páscoa resulte na perda de rendimentos futuros dos alunos em £350 mil milhões ao longo das suas carreiras e perda de receita fiscal equivalente a £100 mil milhões.</p>	Feb 2021
Impactos Económicos	<p>OECD</p> <p><a href="#">Education responses to COVID-19: Implementing a way forward</a></p>	<p>O ensino eficaz à distância requer que os professores tenham recursos tecnológicos e literacia digital adequados. Contudo, na média da OCDE, 35% dos jovens frequentam escolas onde os professores não têm as competências técnicas e pedagógicas necessárias para o efeito.</p>	Jul 2020
Impactos Económicos	<p>OECD</p> <p><a href="#">The-economic-impacts-of-coronavirus-covid-19-learning-losses</a></p>	<p>Num cenário em que as perdas educativas sejam equivalentes a um terço do ano letivo podemos esperar uma diminuição do seu rendimento na casa do 3% devido ao fecho das escolas, para alunos que frequentem 12 anos de escolaridade.</p> <p>Do ponto de vista económico, a OCDE estima que uma perda de um terço do ano letivo equivale a uma quebra de 1,5% no PIB acumulada até ao fim do século.</p>	Set 2020